



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor
 Nome: Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira
 E-mail: teresacavalcanti@gmail.com
 Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 26/11/2018
 Aprovado: 21/05/2019
 Publicado: 30/04/2020

[doi> 10.20396/rho.v20i0.8654062](https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8654062)
 e-Location: e020003
 ISSN: 1676-2584



Distribuído Sobre



ISEB - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. A AÇÃO DO MEC NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DE INTELLECTUAIS ORGÂNICOS DO “NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO” NOS ANOS DE 1950

  Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira¹

  Luciano Ximenes Aragão²

RESUMO

O desafio de compreender o papel e o sentido das estratégias desenvolvidas pelo ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado como órgão vinculado ao MEC em 1955, parte do entendimento das sociedades modernas como bloco histórico - a unidade diversa entre estrutura e superestrutura. No Brasil, os anos de 1950 foram palco de um gradual processo de consolidação do modelo econômico e concomitante processo de democratização e politização da sociedade civil que resultou na reconfiguração do papel do Estado capitalista brasileiro; o ISEB se constituiu parte dessas mudanças necessárias ao novo papel do Estado. Concebido como um núcleo de assessoramento estratégico, o ISEB resultou da iniciativa de um grupo de intelectuais, com significativa notoriedade e influência política, que colocou seus estudos acadêmicos a serviço da compreensão dos problemas brasileiros, tendo em vista as “[...] tarefas e matérias que o moderno Estado capitalista é incumbido de realizar.” (TOLEDO, 1997, p. 184). Mas a despeito de se constituir num centro de estudos dos problemas nacionais, os isebianos não tiveram voz ativa na máquina governamental; sua atuação se destacou no fomento e no desenvolvimento de estratégias educativas e formativas de natureza pós-universitária, voltadas à formação de intelectuais orgânicos disseminadores de determinado projeto de nação - o “nacional-desenvolvimentismo”. O objetivo do presente trabalho é compreender o papel do ISEB e o sentido do uso dessas estratégias educativas e formativas de natureza pós-universitária, seu legado acadêmico nas novas gerações de intelectuais e seu impacto político (in)direto nas novas formas de construção de entendimento e interpretação do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: ISEB - Instituto Brasileiros de Estudos Brasileiros. Estado capitalista brasileiro. Nacional-desenvolvimentismo. Intelectuais orgânicos. Estratégias educativas e formativas de natureza pós-universitária.



ISEB - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. THE ACTION OF THE MEC IN THE ACADEMIC FORMATION OF ORGANIC INTELLECTUALS OF "NATIONAL-DEVELOPMENT" IN THE YEARS OF 1950.

Abstract

The challenge of understanding the role and direction of the strategies developed by the ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, created as an agency to the MEC in 1955, is related to understand the modern societies as historical block - the diverse unit between structure and superstructure. In Brazil, the years of 1950 were the scene of a gradual consolidation of the economic model and concomitant process of democratization and politicization of civil society which resulted in the reconfiguration of the role of the Brazilian capitalist State; the ISEB became part of necessary changes to the new role of the State. Designed as a core strategic advice, the ISEB resulted from the initiative of a group of intellectuals, with significant notoriety and influence policy, which put their academic studies in the service of understanding of the Brazilian's problems, considering the "[...] tasks and matters that the modern capitalist state is asked to perform." (TOLEDO, 1997; p. 184). But despite become a center for the study of national problems, the isebianos did not have active voice in the government machine; your performance stood out in the promotion and development of educational and training strategies of post-graduate nature, aimed at training of disseminators organic intellectuals of an specific project of nation - the "national-developmentalism". The purpose of this study is to understand the role of the ISEB, the nature of this educational and academic post-graduate training strategies, your legacy in new generations of intellectuals and political impact your (in) directly in new ways of building understanding and interpretation of Brazil.

Keywords: ISEB – Brazilian Superior Institute of Brazilian Studies. Capitalist State. National-developmentalism. Organic intellectuals. Post-Graduate educational and training strategies.

ISEB - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. LA ACCIÓN DEL MEC EN LA FORMACIÓN ACADÉMICA DE INTELLECTUALES ORGÁNICOS DEL "NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO" EN LOS AÑOS DE 1950.

Resumen

El desafío de comprender el papel y el sentido de las estrategias desarrolladas por el ISEB – Instituto Superior de Estudios Brasileños, creado como órgano vinculado al MEC – Ministerio de Educación y Cultura, en 1955, parte del entendimiento de las sociedades modernas como bloque histórico: la unidad diversa entre estructura y superestructura. En Brasil, los años 1950 fueron palco de un gradual proceso de consolidación del modelo económico y concomitante proceso de democratización y politización de la sociedad civil que resultó en la reconfiguración del papel del Estado capitalista brasileño. El ISEB se constituyó como parte de esos cambios necesarios al nuevo papel del Estado. Concebido como un núcleo de asesoramiento estratégico, el ISEB fue resultado de la iniciativa de un grupo de intelectuales, con significativa notoriedad e influencia política, que planteó sus estudios académicos al servicio de la comprensión de los problemas brasileños, tomando como referencia las “[...] tareas y cuestiones que el moderno Estado capitalista está incumbido de realizar.” (TOLEDO, 1997, p. 184). Sin embargo, aunque se constituyeron como un centro de estudios de los problemas nacionales, los ‘isebianos’ no tuvieron voz activa en la máquina gubernamental: su actuación se destacó en el fomento y desarrollo de estrategias educativas y formativas de carácter post universitario, orientadas a la formación de intelectuales orgánicos diseminadores de determinado proyecto de nación – el “nacional-desarrollismo”. El objetivo del presente trabajo es comprender el papel del ISEB y el sentido del uso de esas estrategias educativas y formativas de carácter post universitario, su legado académico en las nuevas generaciones de intelectuales y su impacto político (in)directo en las nuevas formas de construcción de comprensiones e interpretaciones de Brasil.

Palabras clave: ISEB – Instituto Superior de Estudios Brasileños. Estado capitalista brasileño. Nacional-desarrollismo. Intelectuales orgánicos. Estrategias educativas y formativas de carácter post universitario.



Marcado pela estabilização do modelo de industrialização capitalista, os anos de 1950 no Brasil se pautaram no que ficou conhecido como o ideário “nacional-desenvolvimentista” ou “desenvolvimentismo”. Ao longo dos anos de 1950 até a chegada do golpe empresarial-militar de 1964, o Estado capitalista brasileiro, inserido num contexto de lógica democrática, buscou novas formas de atuação para se adequar às demandas dos novos tempos. Apoiada no referencial gramsciano, a identificação das novas estratégias de atuação do estado “desenvolvimentista” brasileiro se apoia na análise das sociedades modernas como bloco histórico - articulação dialética e dinâmica do conteúdo econômico-social e da forma ético-política também expressa no binômio estrutura- superestrutura³.

Nas sociedades capitalistas, o poder **emana** das relações sociais de produção na sociedade civil (estrutura) e é **exercido** pelo Estado, ou sociedade política (superestrutura política), forma ético-política de garantia da dominação da classe expropriadora sobre a classe expropriada ou trabalhadora. (NEVES, 2005, p. 21, grifo nosso).

Tal processo de modernização capitalista, pautado no modelo nacional-desenvolvimentista se articulou a um gradual processo de democratização e politização da sociedade civil voltado ao desenvolvimento de uma formação burguesa do tipo urbano-industrial que culmina numa significativa reconfiguração do papel do Estado. Para além da dominação direta, via aparelhos coercitivos, o Estado brasileiro se ampliou, passando a assumir atribuições explícitas na construção do consenso no âmbito do conjunto da sociedade.

O ISEB é criado pelo artigo 2º. do DL 37.608 de 1955, tendo em vista as mudanças necessárias ao novo papel do Estado; um órgão concebido e constituído por um grupo de intelectuais com significativa notoriedade e influência política com o objetivo de instaurar um núcleo de assessoramento “[...] nas tarefas e matérias que o moderno Estado capitalista é hoje incumbido de realizar.” (TOLEDO, 1997, p. 184).

Art. 2º. - O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (BRASIL, 1955, p. 232).

Criado em pleno governo provisório do Presidente Café Filho, o ISEB foi institucionalizado como órgão vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura e concebido sob a liderança de Hélio Jaguaribe (Filosofia e Ciência Política) - considerado o principal articulador e mentor do grupo - além dos professores Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Cândido Mendes (História), Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), Nelson Werneck Sodr e (História) e Roland Corbisier (Filosofia).

Ao longo de dinâmica e seletiva atuação formativa, em 1958 o ISEB vivenciou uma crise interna de amplas proporções expressa no reforço de determinada posição nacionalista e



gradual mudança de seu público alvo: se até então as atividades formativas do ISEB voltavam-se à burocracia civil e militar da aparelhagem estatal, após 1959 tais atividades voltam-se a determinados grupos organizados da sociedade civil, - grupos estudantis, sindicatos e outros grupos nacionalistas em processo de organização.

Diante do exposto, o estudo do ISEB aqui apresentado parte do pressuposto de que sua criação e seu inusitado papel de órgão ministerial resultou de transformações necessárias ao Estado capitalista brasileiro. Ou seja, o ISEB se constituiu numa burocracia estatal de novo tipo, concebido por um grupo de intelectuais cuja força e poder se concentrava em suas ideias e capacidade de estudos, e não numa ação política imediata. Assim, nossa reflexão tem como questão e foco central a compreensão do inusitado papel do ISEB, no que se refere ao uso de estratégias educativas e formativas de natureza pós-universitária, voltadas à construção do consenso envolvendo a concepção, consolidação, divulgação e continuidade do projeto de desenvolvimento em curso naquele momento no país - o “nacional-desenvolvimentismo”⁴.

Vale apontar que no espectro de trabalhos já desenvolvidos sobre o ISEB, Toledo (1997) aprofunda as dimensões filosóficas presentes na instituição enquanto a tese desenvolvida por Abreu (1975) opta por desenvolver uma análise de cunho político sobre o instituto. A abordagem aqui apresentada se diferencia das existentes na medida em que visa analisar o sentido das estratégias de cunho educativo, formativo e pedagógico, tendo em vista tratar-se de um órgão vinculado ao então MEC, descrito como um “[...] curso de altos estudos sociais e políticos, de nível pós-universitário [...]” (BRASIL, 1955, p. 232), num momento onde ainda não havia cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. Ao longo do trabalho serão descritos procedimentos e analisados alguns dos impactos gerados por esse ideário educativo de novo tipo, denominado por Hélio Jaguaribe em seu texto “Condições Institucionais de Desenvolvimento” (1958), uma “educação e organização ideológica”.

Se por um lado o ISEB acabou não funcionando como um órgão de assessoramento político do governo como era previsto, por outro lado, é inegável que suas estratégias e formas de atuação envolvendo o estudo acadêmico e sistemático dos problemas do Brasil impactou de diferentes maneiras a nossa realidade e a formação da nova geração de intelectuais brasileiros. O pensamento isebiano deixa um legado de destaque expresso em diferentes referências do conhecimento científico: no ideário e no método pedagógico de Paulo Freire; na experiência educativa e pedagógica do projeto conhecido como “História Nova do Brasil”; assim como o impacto gerado em jovens intelectuais que à época tinham, nas palestras e nos cursos isebianos, a referência de uma formação intelectual diferenciada. Um desses jovens foi Glauber Rocha que acabou tendo sua arte influenciada pelo ideário isebiano que se faz presente no movimento do “cinema novo”, centrado num olhar orgânico da nossa realidade – o Brasil analisado por brasileiros e a materialidade de uma produção intelectual de novo tipo.

O presente texto está estruturado em dois momentos que se complementam: a) a análise de importante documento do ISEB intitulado “Relatório Sucinto das Atividades do Instituto



Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960”⁵; e b) a compreensão crítica do ISEB em DL de sua criação⁶ onde é descrito como um “curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário”. O primeiro momento se caracteriza por uma ampla apresentação de dados descritivos do ISEB que são fundamentais para a compreensão dos objetivos em jogo, do funcionamento do órgão e processos analíticos que irão sustentar nossas considerações parciais que se fazem presentes no segundo momento. Vale lembrar que a inexistência de material empírico sobre o ISEB nos levou a concentrar nossas análises nesse único documento acima assinalado, localizado na Biblioteca Nacional.

O “RELATÓRIO SUCINTO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS - ISEB” E O SENTIDO DE UMA “EDUCAÇÃO IDEOLÓGICA”

Em seu texto “Condições Institucionais do Desenvolvimento” de 1958, Jaguaribe explicita seu entendimento do que ele denominava “educação e organização ideológica”, (JAGUARIBE, 1958) como sendo os instrumentos fundamentais, tanto para **desencadear a necessária vinculação à ideologia do desenvolvimento**, quanto para **dar conta de sua contínua assimilação** tendo em vista o projeto pretendido. Mesmo em se tratando de uma definição datada de 1958, ela nos fornece as pistas iniciais à compreensão do inusitado papel e atuação do ISEB no âmbito da máquina de Estado, a partir do então Ministério de Educação e Cultura. No âmbito da expressão “educação e organização ideológica” identificamos tanto a necessidade de viabilizar, de maneira sistematizada e didática, a legitimidade do significado e do objetivo da ideologia do projeto de desenvolvimento que se queria hegemônico; quanto uma necessária e contínua assimilação, expressa na organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento de seu conteúdo - papel a ser desempenhado pelo ISEB. Lembrando que a despeito de não se constituir um órgão vinculado ao sistema público de ensino e escolarização, o ISEB desenvolveu e coordenou uma atuação educativa e diferenciada voltada à construção e divulgação do conhecimento ideológico necessário ao projeto desenvolvimentista no Brasil.

Para Jaguaribe, o momento da “conscientização” era o momento-chave da educação ideológica, a partir do qual a ideologia é efetivamente assimilada; posteriormente se coloca a necessidade de padronização de comportamentos e práticas políticas organicamente relacionadas com os princípios assumidos pela posição ideológica defendida, entre elas a reorganização do aparelho do Estado. O autor explica a necessidade de se alcançar o estágio da “eficácia da consciência ideológica”, **a ser trabalhado através de conferências e palestras assim como através da geração de núcleos de esclarecimento, formação e pesquisa**, configurando um conjunto de atividades pedagógicas e formativas que explicam o sentido da “natureza pós-universitária” que singularizou a existência do ISEB.



Nesse sentido, o documento “Relatório do ISEB”⁷ se constitui a expressão concreta de funcionamento do mais importante núcleo de divulgação, esclarecimento e formação de intelectuais e quadros multiplicadores da ideologia nacional-desenvolvimentista, que caracterizou os anos 50 no Brasil; conhecer e compreender seu conteúdo, tendo acesso à maneira pela qual a educação e a organização ideológica eram pensadas, organizadas e efetivamente praticadas, esclarecerá um pouco do sentido estratégico das naturezas, ideológico-política e pós-universitária praticadas pelo ISEB. A análise do “Relatório do ISEB” se concentrou inicialmente nos aspectos descritivos envolvendo o papel timbrado do “Ministério da Educação e Cultura” seguido por “Instituto Superior de Estudos Brasileiros”. Trata-se de um documento datilografado, não tendo definição de autoria, nem a quem se destinava - nossa suspeita é que sua autoria seja do Professor Roland Corbisier, na época Diretor do Instituto, possivelmente direcionado ao MEC.

O documento tem como título, “Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960”, seguido de uma estrutura de sumário, com títulos e subtítulos. No verso da primeira página encontra-se um carimbo do MEC, com a data de 27 de maio de 1963, parecendo ser a data de sua elaboração em função de algumas questões: o documento só cobre o período que vai até novembro de 1960; além disso, o estilo da redação, a ênfase e o destaque de determinadas informações, nos levam a supor que o mesmo tenha sido escrito em 1961. Ou seja, o documento dá algumas pistas de que seu objetivo era dar continuidade às ações e atividades que vinham sendo desenvolvidas a despeito da crise ocorrida em 1958 que culmina na reestruturação organizacional do Instituto expressa no DL 45.811 de 15 de abril de 1959.

A seguir, há o registro de parte das informações que o documento apresenta, com destaque para a numeração original das páginas que compõem o índice da publicação, de forma que o leitor possa ter uma noção dos volumes de informações que constam ao longo dos diferentes itens.

Relatório Sucinto das Atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960.

01. Histórico e Finalidades / p. 1

Nova Organização

02. Projeto criando o ISEB por Lei / p. 2

03. Verbas / p. 2

04. Inauguração da sede do ISEB / p. 3

05. Atividades realizadas / p. 4

A. Setor de Estudos e Pesquisas / p. 4

I – Estudos e Pesquisas / estagiários de tempo integral

- . Filosofia
- . História
- . Política
- . Sociologia
- . Economia

II – Aos representantes dos Estados

III – “Pesquisa sobre a estrutura econômica dos estados do Brasil”

IV – “Pesquisa sobre os desequilíbrios regionais do Brasil”



- “Inflação e desenvolvimento ...”
- V – “Pesquisas sobre capitais estrangeiros”
- VI – Estudos sobre o problema agrário
- VII – Comércio exterior e problema cambial brasileiro
- VIII – Estudos iniciados – pesquisas e análises / p. 8
- B. Levantamento Estatístico e Documentação / p. 11
- C. Serviços de Cursos e Conferências / p. 13
- Curso regular
- Aula Inaugural
- Aulas e Seminários
- Bolsas de Estudos
- Conferências no Curso Regular / p. 21
- Visitas feitas pelos estagiários / p. 28
- Teses (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 29
- Encerramento do Curso Regular / p. 42
- Cursos Extraordinários (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 43
- Conferências (anos de 56; 57; 58; 59; 60) / p. 58
- Publicações / p. 63

06. Programa de Atividades para 1961. (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, [1961?]).

O item inicial, **Histórico e Finalidades - Nova Organização** se reporta, sem acrescentar maiores novidades, à criação do ISEB,

[...] cuja finalidade é o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da Sociologia, da História, da Economia e da Política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, [1961?], p. 1, grifo nosso).

A seguir, o documento se refere às mudanças geradas pela crise de 1958⁸ que resulta no Decreto-Lei no. 45.811 de 14 de abril de 1959; tal crise gerou uma série de mudanças tanto na concepção de suas ações quanto na organização dos estudos que caracterizavam o ISEB; o grau de detalhamento envolvendo a explicação da nova organização do ISEB sugere uma preocupação em defender e legitimar as mudanças assumidas pelo grupo que permaneceu na instituição dando continuidade à suas ações.

Ou seja, a crise de 1958 nos possibilita constatar a existência de 2 ISEBs distintos: o de 1955 até 1959 e o posterior que vai de 1959 até 1964. O ISEB do primeiro período se caracteriza por inovar no papel que se coloca, já que a despeito de não ser uma Universidade foi concebido como uma instituição de estudos pós-universitários, vinculada ao então Ministério de Educação e Cultura. Ao longo de sua existência, o ISEB fomentava atividades centradas no estudo, concepção e divulgação de conhecimentos específicos sobre o país para posterior intervenção direta na realidade brasileira. A partir de 1959, o ISEB continua desempenhando o mesmo papel inovador de desenvolver uma “educação ideológica”, o que muda é: 1) o aprofundamento de uma concepção nacionalista de desenvolvimento para o país; 2) as estratégias de organização adotadas nas atividades de estudo, pesquisa e divulgação e; 3) fundamentalmente o público a



ser impactado que passam a ser as organizações estudantis, os trabalhadores sindicalizados e demais grupos organizados da sociedade civil. Vale assinalar que tais mudanças confirmam a inserção estratégica do ISEB na condução do processo de modernização urbano-industrial do Estado brasileiro e no contexto de consolidação da revolução burguesa no Brasil - ou seja, o ISEB acompanha e se envolve diretamente na radicalização de tal processo de modernização até sua ruptura em 1964⁹. E o documento em questão argumenta quanto à necessidade das mudanças que se fazem presentes no ISEB.

Criado a título de ensaio, **como órgão de vanguarda para os estudos dos problemas nacionais e para a formulação da ideologia do desenvolvimento**, o ISEB não poderia ficar preso ao Decreto que o instituiu, pois a prática e a experiência aconselhavam a modificação de sua estrutura, a fim de torná-la mais flexível e capaz de adaptar-se às exigências criadas pelo crescimento e pela expansão do Instituto. (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, [1961?], p. 2).

Quanto à **criação do ISEB** o documento afirma que ela se deu “a título de ensaio, como órgão de vanguarda, para os estudos dos problemas nacionais e para a formulação da ideologia do desenvolvimento”. O destaque a ser observado vai para o aparecimento de uma informação nova - o fato do ISEB ter sido criado a título de ensaio; e da clara confirmação de que sua criação tenha sido para dar conta da formulação da ideologia do desenvolvimento. E para dar conta dos objetivos pretendidos o ISEB atuava com um quadro flexível de palestrantes; existiam os professores que faziam parte do quadro da instituição e outros intelectuais, professores, técnicos e especialistas que eram convidados a dar aulas e conferências, em Cursos que podiam ser os Regulares ou os Cursos Extraordinários.

Já no item **Atividades Realizadas** há o registro de grande volume de dados, agrupados em 3 sub-itens, que informam a estrutura de funcionamento acadêmico-pedagógico da instituição: A) Setor de Estudos e Pesquisas; B) Levantamento Estatístico e Documentação; e C) Serviços de Cursos e Conferências, sendo que dos três setores apresentados, o que apresenta maior volume de dados é o “Serviços de Cursos e Conferências”, seguido do “Setor de Estudos e Pesquisas”.

O primeiro item, **Setor de Estudos e Pesquisas**, descreve o trabalho especializado do ISEB, se subdividindo em 8 subitens; o primeiro desses subitens aponta uma relação de grandes temas trabalhados nos diferentes departamentos, através de “estudos e pesquisas a cargo dos estagiários de tempo integral”. Cada grande tema - Filosofia, História, Política, Sociologia, e Economia - conjuga as respectivas pesquisas desenvolvidas.

De maneira geral, constata-se que todas as pesquisas desenvolvidas são voltadas para as questões brasileiras - a maioria dos títulos das pesquisas contem as expressões: do Brasil, brasileira, do País, nacional, etc. O maior número de pesquisas se dá no âmbito da Sociologia (10) seguida da Economia (09). As 34 pesquisas registradas eram de autoria dos “estagiários de tempo integral”; estamos diante de uma produção de cunho acadêmico que se dava através de



uma lógica pós-universitária, utilizada como recurso estratégico na conformação ideológica voltada ao incentivo e promoção do projeto desenvolvimentista no Brasil.

Nos itens II, III e IV do documento, os temas registrados se concentram em estudos sobre os setores produtivos do país: agricultura, indústria e serviços; importação/ exportação; energia elétrica; estruturas econômicas; etc. O item V apresenta uma ampla pesquisa sobre “Capitais Estrangeiros”, e possivelmente, pelo fato de tratar-se do tema gerador da crise de 58, seu registro evidencia uma clara preocupação com a seriedade dos estudos desenvolvidos.

Dos itens seguintes vale destacar o último, **Estudos iniciados - pesquisas e análises**, no qual aparecem reiteradamente vários assuntos relacionados ao desenvolvimento produtivo, com destaque para temas relacionados à industrialização no país. Em seguida o Relatório passa a apresentar dados sob a rubrica **Levantamento Estatístico e Documentação** que apresenta uma relação de levantamentos e estudos agrupados em 12 grandes temas que cobrem distintas dimensões do novo modelo de desenvolvimento em curso.

Finalizando as “Atividades Realizadas”, o Relatório apresenta o item “**Serviços de Cursos e Conferências**” que conjuga o maior volume de dados e informações do documento. As atividades apresentadas são organizadas nos 4 diferentes tipos de ação educativa praticadas pelo ISEB: **Curso Regular, Cursos Extraordinários, Ciclos de Conferências e Conferências**.

CURSO REGULAR

No Curso Regular destacam-se: as disciplinas de referência - Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia e Economia; a existência de 3 tipos de Professores - Professores Chefes de Departamentos, Professores Adjuntos e Professores Assistentes; e 2 tipos de alunos - os “estagiários de tempo integral” e os “estagiários de tempo parcial”.

Em se tratando de informação que nos auxilia na compreensão do papel inovador do ISEB, a lista dos órgãos às quais esses estagiários de tempo integral se veiculam, constitui-se num universo de 64 instituições, dos quais 28 órgãos direta e/ou indiretamente vinculados à administração estatal nos seus diferentes níveis (municipal, estadual, federal), seguida de 14 representantes diretos dos Estados da União. Também se fazem presentes federações de trabalhadores e de empresários, alguns sindicatos e a presença de organizações estudantis. Tais dados nos permitem afirmar que em seus primeiros anos o ISEB tem a maior parte de sua atuação voltada à formação dos quadros do Estado nacional.

AULAS INAUGURAIS - 1956, 1957, 1958, 1959 E 1960

Em 14 de maio de **1956**, aula proferida pelo Professor Álvaro Vieira Pinto, Chefe do Departamento de Filosofia do Instituto, com o tema **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**, numa solenidade que contou com a presença do então Presidente da República e altas



autoridades do país. Em 22 de março de **1957**, aula proferida pelo Professor Alberto Guerreiro Ramos, Chefe do Departamento de Sociologia, que explorou o tema **Fundamentos Sociológicos do Poder Nacional**. Em **1958**, no Auditório da Rua das Palmeiras 55, aula proferida pelo Professor Cândido Antonio Mendes de Almeida, Chefe do departamento de Política, que apresentou o tema, **Nacionalismo e Desenvolvimento**. Em 12 de março de **1959**, no Auditório do ISEB, aula proferida pelo Professor Nelson Werneck Sodré, que apresentou o tema, **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Em **1960**, aula proferida pelo Professor Ignácio Rangel, Chefe do Departamento de Economia, que apresentou o tema, **Recursos ociosos na economia nacional**.

Numa breve análise dos temas ao longo dos anos, destacamos o título “Ideologia do desenvolvimento nacional” na abertura das atividades educativas do ISEB em 1956, evidenciando o investimento do grupo na concepção de uma ideologia condutora do projeto do desenvolvimento nacional. No ano de 1957, a escolha do tema volta-se para as análises sociológicas do poder nacional. Em 1958, 2 grandes temas típicos e articulados abrem o ano letivo do ISEB - “Nacionalismo e Desenvolvimento” - uma articulação conceitual que constitui o cerne do ideário isebianos. Em 1959, o tema escolhido confirma a ideologia nacionalista ao explorar a natureza histórica e o efetivo entendimento do nacionalismo brasileiro. E em 1960, aparece um tema voltado aos recursos econômicos – foco central da empiria que se faziam presentes nas pesquisas isebianas.

AULAS E SEMINÁRIOS

Foram ministradas, ao longo do período 1956-1960, um total de 1452 aulas e 332 seminários; a descrição desse universo das práticas docentes ministradas leva em conta o ano, a presença de cada área nesse ano (Filosofia, Sociologia, Formação Histórica do Brasil, Economia, História, Filosofia no Brasil, e Política) e respectivo professor. Ao longo dos 4 anos registrados no documento, Álvaro Vieira Pinto, vinculado à área da filosofia, foi o professor mais atuante em sala de aula.

CONFERÊNCIAS NO CURSO REGULAR

O Relatório registra cada Conferência anual, com data de ocorrência, título, palestrante responsável e profissão. Geralmente não eram ministradas pelos professores do ISEB, sendo consideradas atividades diferenciadas das atividades de sala de aula mas também dirigidas aos estagiários dos Cursos Regulares; aconteciam sempre às 6as. feiras, a partir das 11:00 h, no auditório do ISEB. Em relação aos títulos das Conferências, mais uma vez evidencia-se o fato dos temas serem voltados às questões brasileiras, destacando-se o constante registro de termos como “nacional”, “brasileiro”, “Brasil”. Os números dessas apresentações e temas mais frequentes variaram da seguinte maneira:



Quadro 1: Número de Conferências Proferidas/Temáticas abordadas

Ano	No. Conferências	Temáticas abordadas
1956	9	nacionalismo; Petrobrás; estudos atômicos; siderurgia; desenvolvimento nacional; saúde e população; problema trabalhista; endemias rurais
1957	12	colonialismo e alienação cultural; política do desenvolvimento; classes e desenvolvimento; planejamento regional; nacionalismo; energia atômica; inflação; economia na América Latina; economia regional
1958	15	tecnologia e desenvolvimento; mercado comum europeu e desenvolvimento brasileiro; indústria no Brasil; industrialização e desenvolvimento; situação cambial e financeira; relações da Europa e Brasil; vitalidade da Europa; educação na URSS ; política nacional de investimentos; controle ideológico e programa econômico; educação para o desenvolvimento
1959	18 + 28 = 46	<p>Temas das Conferências do Curso Estrutura dos Recursos Naturais no Brasil: agricultura; mineração; criação; indústria; fontes de energia (carvão, petróleo; água); matérias-primas minerais (ferro, manganês, atômicos, petróleo, não ferrosos, álcalis); alimentos vegetais (café, borracha, trigo, algodão, fibras e óleos).</p> <p>Temas das demais Conferências: tecnologia e desenvolvimento; nacionalismo; territórios federais; café; revolução cubana; questão agrária; alumínio; construção naval; problema agrário; indústria mecânica; problema rodoviário; transporte ferroviário; empresas de energia elétrica; problema portuário; energia nuclear; política aduaneira; indústria automobilística; carvão nacional; agricultura; zona de comércio livre; aviação comercial brasileira; construção naval; nacionalismo e petróleo</p>
1960	13	reforma agrária; formação de técnicos para o desenvolvimento ; indústria no Brasil; reforma agrária; petróleo; reforma agrária e desenvolvimento econômico em Cuba; projeto de diretrizes e bases da educação ; manganês; colonialismo; telecomunicações; nacionalismo e regionalismo

Fonte: Autoria própria elaborado a partir de Instituto Superior de Estudos Brasileiros ([1961?]).

Tal tabela confirma a ênfase dada pelo ISEB aos temas e problemáticas da realidade brasileira. Em se tratando do volume anual, no ano de 1956 foram feitas, relativamente em relação aos outros anos, poucas Conferências talvez por tratar-se do ano inicial quando as estratégias do Instituto ainda estavam sendo concebidas e estruturadas. Daí em diante o número de Conferências se eleva, alcançando um número extremamente elevado de 46 Conferências em 1959 (ano posterior ao da crise interna do ISEB). Outro item a ser apontado é o fato de grande parte das Conferências terem sido proferidas por militares (coronéis, generais, etc.) evidenciando uma significativa concentração de conhecimento na área de recursos naturais por parte dos quadros militares brasileiros¹⁰.



Voltando às temáticas, aparecem com elevada frequência, os conceitos de desenvolvimento, nacionalismo, política do desenvolvimento, indústria no Brasil, política nacional, colonialismo, planejamento e algo relacionado com a questão agrária no Brasil. Em 1958, aparece, curiosamente, o tema da “educação na URSS” e “educação para o desenvolvimento”, numa Conferência pronunciada pelo então Ministro da Educação, Clóvis Salgado; no ano de 1960 aparecem dois temas voltados à educação - “formação de técnicos para o desenvolvimento” e uma apresentação do “projeto de diretrizes e bases da educação”, apresentado por Darcy Ribeiro, então colaborador de Anísio Teixeira no CBPE órgão vinculado ao INEP¹¹, também situado no então MEC.

O conjunto dessas abordagens, sua tipologia e frequências nos levam a concluir que na visão do ISEB, o desenvolvimento nacional se apoiava fundamentalmente no fomento dos recursos produtivos voltados à industrialização e desdobramentos afins, envolvendo recursos energéticos, recursos técnicos, etc. Já em se tratando das preocupações isebianas com a educação, não aparece a defesa do papel da educação no desenvolvimento do país; no ISEB, a preocupação com a educação, seu papel e espaço de atuação é significativamente político-ideológica. Tais preocupações direcionavam tanto o estudo praticado (uso das ciências sociais para a elaboração de instrumentos teóricos voltados à validação do “nacional-desenvolvimentismo”), quanto o ensino e a divulgação da ideologia do projeto de desenvolvimento em curso - o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais são as efetivas finalidades do ISEB, tendo em vista a “análise e compreensão crítica da realidade brasileira”, voltados ao incentivo e promoção do desenvolvimento nacional.

Ainda em relação às Conferências, alguns palestrantes eram figuras de destaque no meio político e/ou intelectual da época: Hermes Lima (“Nacionalismo”); Professor José Leite Lopes (“Situação e perspectivas da siderurgia no Brasil”); Professor Michael Debrun (“Os Partidos Políticos na França” e “Vitalidade da Europa” - dois dos poucos temas não voltados ao Brasil); Professor Celso Furtado (“Problemas Econômicos da América Latina”); Ministro da Educação Clóvis Salgado (“As metas da educação para o desenvolvimento”); Darcy Ribeiro (“Projeto de Diretrizes e Bases da Educação”); e Jean Paul Sartre (“Colonialismo”).

TESES

O Relatório começa apresentando as quantidades de teses apresentadas e consequentemente o número de formandos a cada ano.

Apresentaram e defenderam teses sobre temas de sua livre escolha, por terem a frequência exigida pelo Regimento do ISEB – 70% das aulas e seminários frequentados – nos Cursos Regulares de 1956, 1957, 1958, 1959 – **167 estagiários**. No ano de 1960 – 46 estagiários do Curso Regular já apresentaram os temas de suas dissertações a fim de serem aprovados pela Congregação do Instituto. (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, [1961?], p. 29, grifo nosso).



Nos dados, a marca de 65 teses alcançada em 1956 - início das atividades educativas do ISEB - nunca foi superada posteriormente. Das 65 teses apresentadas em 1956, a presença dos quadros militares totalizaram 11 alunos (quase 20% do total); 12 advogados; 10 professores; além de aparecerem outros tipos de atividades: dentista, médico, engenheiro, diplomata. Nesse universo, também se destaca o reduzido número de 5 mulheres, a maioria professoras.

No conjunto dos trabalhos apresentados destaca-se a atividade profissional de cada um: elevado número de alunos militares; professores; vários engenheiros e economistas; advogados, diplomatas, médicos, jornalistas, economistas, dentistas, etc.; os destaques temáticos enfatizam o uso dos conceitos de “desenvolvimento”, “desenvolvimento nacional”, “desenvolvimento econômico”, etc. - totalizando 23 títulos num universo de 41 teses (mais de 50%). Os conceitos de “educação” e “ensino” só aparecem em 4 títulos.

A análise do conjunto desses títulos confirma a importância e a centralidade do conceito de desenvolvimento no pensamento isebriano, evidenciando o seu entendimento de que a crise brasileira só seria passível de ser superada pela via do desenvolvimento, fundamentalmente centrado num caráter “nacional”, com o papel de potencializar as diversas dimensões produtivas da realidade brasileira - tal como a questão rodoviária, os recursos econômicos, os recursos energéticos, a industrialização, a economia alimentícia, a questão agrária e urbana, etc.

ENCERRAMENTO DO CURSO REGULAR (E DIPLOMAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS)

O item descreve as solenidades de encerramento dos diferentes anos:

- em 20 de dezembro de **1956** – 1ª. turma do Curso Regular formada pelo ISEB teve como paraninfo o **Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República**, tendo sido conferidos um total de 66 diplomas;

- em 20 de dezembro de **1957** – a 2ª. turma do Curso Regular do ISEB teve como paraninfo, **Exmo. Sr. General Henrique Baptista Teixeira Lott, Ministro da Guerra**, tendo sido conferidos um total de 41 diplomas;

- em 16 de dezembro de **1958** – a 3ª. turma do Curso Regular do ISEB teve como paraninfo eleito o **Ministro da Educação, Clóvis Salgado**; 31 alunos receberam seus diplomas;

- em 30 de dezembro de **1959** – a 4ª. turma do Curso Regular do ISEB, teve como paraninfo eleito, **Deputado Gabriel Passos**, tendo tido como patrono o Presidente Getúlio Vargas.

OS CURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Tais Cursos são registrados anualmente, apontando títulos e respectivos professores responsáveis; se caracterizavam por serem atividades que não necessariamente aconteciam nas instalações do ISEB, já que alguns deles resultavam de convites feitos ao instituto por outras



instituições. Em **1956**, o Relatório assinala que, “[...] foi dado durante o ano de 1956, um Curso Extraordinário sobre ‘Educação para o Desenvolvimento’ a cargo do **Professor Ernesto Luiz de Oliveira Júnior**, que constou de 4 Conferências proferidas nos dias 22 e 29 de agosto e 4 e 12 de setembro de 1956, no auditório do MEC.” (INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, [1961?], p. 43). Ou seja, o tema de abertura dos Cursos Extraordinários teve como foco a questão das políticas educacionais necessárias ao desenvolvimento no Brasil.

Já em relação ao ano de **1957** foram dados dois Cursos Extraordinários, tendo sido o primeiro, a convite do Clube de Engenharia, ao longo dos meses de maio a junho, que constou de um ciclo de 13 Conferências, a saber:

Quadro 2: Curso Extraordinário 01 / 1957

Prof. Álvaro Vieira Pinto	1. Condições ideológicas do desenvolvimento 2. Sentido humano do desenvolvimento
Prof. Nelson Werneck Sodré	1. Transplantação e ideologia do colonialismo 2. Fundamentos da cultura nacional
Prof. Alberto Guerreiro Ramos	1. Estrutura da sociedade brasileira 2. Significação do Nacionalismo
Prof. Candido Mendes de Almeida	1. Problemas do subdesenvolvimento Latino-Americano
Prof. Helio Jaguaribe	1. Análise da situação política nacional 2. Condições institucionais do desenvolvimento
Prof. José Ribeiro Lira	1. Condições Econômicas do desenvolvimento
Prof. Roland Corbisier	1. O Problema da Cultura Brasileira

Fonte: Autoria própria, elaborado a partir de Instituto Superior de Estudos Brasileiros ([1961?]).

Do grupo de professores acima o único externo é José Ribeiro Lira. Quanto aos temas, cada palestrante trabalhou o desenvolvimento de maneira genérica e vinculada à sua área de atuação no ISEB. A abordagem de cunho filosófico é explorada por Vieira Pinto e Corbisier; a abordagem histórica é explorada por Sodré; a abordagem sociológica é desenvolvida por Guerreiro Ramos; a abordagem política é de Candido Mendes; e finalmente a abordagem político-filosófica é de Jaguaribe. Mais uma vez, constata-se a ênfase em algumas categorias caracterizaram a reflexão do grupo iseiano: nacional; desenvolvimento; cultura brasileira; ideologia; etc.

Ainda no ano de 1957, foi realizado o 2º. Curso Extraordinário sobre o tema “Problemas do Desenvolvimento Nacional” promovido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil com o patrocínio do Centro de Estudos Brasileiros do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil; esse Curso constou de 8 Conferências proferidas pelos professores do ISEB, tendo sido convidados professores, universitários e estudantes.



Quadro 3: Curso Extraordinário 02/1957

Professor	Conferência
Prof. José Ribeiro Lira	1. Condições econômicas do desenvolvimento
Prof. Oscar Lorenzo Fernandez	2. Inflação e desenvolvimento
Prof. Nelson Werneck Sodré	3. Formação histórica da sociedade brasileira
Prof. Guerreiro Ramos	4. Estrutura atual e perspectiva da sociedade brasileira
Prof. Hélio Jaguaribe	5. Política nacional do desenvolvimento
Prof. Candido Mendes	6. Política brasileira do desenvolvimento e conjuntura internacional
Prof. Álvaro Vieira Pinto	7. Formação de uma consciência para o desenvolvimento
Prof. Roland Corbisier	8. Nacionalismo como ideologia do desenvolvimento

Fonte: Autoria própria elaborado a partir de Instituto Superior de Estudos Brasileiros ([1961?]).

No ano de **1958**, o ISEB ministrou 4 Cursos Extraordinários, a saber:

- > 1º. Curso - “Problemas metodológicos de uma sociologia brasileira”, coordenado pelo Prof. Guerreiro Ramos;
- > 2º. Curso - sob o patrocínio do Centro da Federação das Indústrias de São Paulo;
- > 3º. Curso - sob o patrocínio da Associação dos Diplomados do ISEB, coordenado pelo Prof. Candido Mendes;
- > 4º. Curso - “Introdução aos problemas brasileiros”, destinado às nossas forças armadas.

O ano de **1959** teve um volume elevadíssimo de 12 Cursos Extraordinários solicitados por diferentes instituições (inclusive fora do Rio de Janeiro) que conjugaram um grande volume de Conferências. Ao longo desses 5 anos (1956 a 1960) o ISEB desenvolveu um conjunto de **52 Conferências** que são registradas anualmente através de título, palestrante e instituição solicitante. Em relação aos temas abordados permanece a presença das mesmas questões - ênfase no desenvolvimento e recursos produtivos. Em relação às instituições solicitantes, vale destacar que a maioria eram Universidades, Faculdades, etc., num total de 18 das 52 (mais de 30%); também aparece a presença de vários Sindicatos de Trabalhadores, Grêmios e Diretórios Acadêmicos. A maior parte dos palestrantes são professores do ISEB.

Finalizando o Relatório, aparece uma relação dos 27 títulos de publicações editadas pelo ISEB ao longo desses 5 anos (56 a 60); a maioria de autoria dos próprios professores do ISEB, resultados de cursos, conferências e pesquisas desenvolvidas no Instituto.

ISEB, “CURSO PERMANENTE DE ALTOS ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS, DE NÍVEL PÓS-UNIVERSITÁRIO” - UMA NOVA E ESTRATÉGICA FORMA DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL

Diante do exposto, o papel e o sentido do ISEB expressaram e determinaram fenômenos novos na condução do modelo econômico em construção no país: 1) a opção de utilizar o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente a Sociologia, a História, a Economia,



a Política (trabalhadas através do referencial teórico da filosofia existencialista-culturalista e da metodologia fenomenológica) como referenciais das análises sobre a realidade brasileira; 2) a determinação de ter como objeto de estudo e pesquisa a realidade brasileira, seus dados e suas problematizações, para posterior geração de interferências na realidade do país; 3) a preocupação tanto de conceber e produzir um número elevado de estudos e pesquisas, quanto de organizar uma ampla estrutura acadêmica de cunho pós-universitário apoiada em Cursos Regulares, Seminários, Conferências, Publicações, etc., tendo em vista a formação dos novos intelectuais orgânicos do nacional-desenvolvimentismo; o Relatório do ISEB evidencia - quantitativamente e qualitativamente - o conjunto de atividades desenvolvidas pelo Instituto no período de 1956-1960.

Mas a possibilidade de compreensão de criação ISEB como um curso pós-universitário voltado ao novo papel e nova configuração do Estado Capitalista no Brasil também passa pela discussão do papel da universidade e formação de quadros estratégicos naquele modelo de modernização urbano-industrial do país.

Os cursos de pós-graduação no Brasil começam a ser definidos pelo Parecer CFE no. 977 de 1965 como sendo cursos abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma. Usando a mesma lógica, um curso pós-universitário seria voltado a candidatos que já concluíram o curso universitário ou curso de graduação; vale lembrar que, na época, os cursos de pós-graduação ainda não haviam sido institucionalizados no país, existindo alguns poucos cursos desse nível que funcionavam informalmente¹². Um curso pós-universitário - que pressupunha um curso de graduação - evidencia uma estratégia de atuação junto à grupos seletos da sociedade brasileira; afinal, naquele momento, o acesso ao ensino superior era significativamente restrito. No entanto, tal foco seletivo convivía com uma crítica à Universidade da época, sua prática de ensino superior significativamente elitista e pautada numa leitura européia da realidade brasileira.

Dentre os alunos/estagiários de tempo integral do ISEB (Curso Regular), destacava-se o elevado número de discentes que tinham uma atuação profissional definida: na sua maioria oriundos das forças armadas seguido de advogados atuantes, jornalistas, deputados e outros profissionais em menor número. Assim, o público discente do ISEB era constituído de intelectuais com significativa atuação e influência em seus grupos específicos (círculos militares; quadros da nova burocracia do novo Estado; etc.) que passavam por uma formação distanciada da produção de autores estrangeiros que aprofundava o conhecimento sistematizado da realidade brasileira. Uma estratégia centrada na construção de um pensamento nacional voltado à direta intervenção na realidade do país tendo em vista a construção do consenso em torno do projeto nacional-desenvolvimentista.

Em se tratando do sentido da Universidade naquele contexto, alguns pensadores desenvolveram reflexões que indiretamente nos ajudam a compreender a experiência do ISEB: Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Álvaro Vieira Pinto, além do próprio Parecer do Conselho



Federal de Educação - CFE no. 977/65 aprovado em 3 de 1965, sobre a Definição dos Cursos de pós-graduação.

Começando pelas colocações de Florestan Fernandes, intelectual que desde o final dos anos 50, passa a desenvolver uma importante reflexão em relação à Reforma Universitária brasileira (só efetivada em 1968), suas colocações se aproximam das críticas feitas pelo grupo isebiano às universidades no Brasil. Segundo Fernandes (1975), a Universidade no Brasil se encontrava presa a uma tradição cultural estreita, apegada a um ensino livresco que desempenhava um papel de transferir e absorver conhecimentos originalmente produzidos no exterior. Para compreender o papel das Universidades em países de desenvolvimento periférico como o Brasil, Fernandes concebe o conceito de “universidade unifuncional” - uma universidade que serve de elo entre fluxos de cultura das nações desenvolvidas ou hegemônicas e os processos culturais pelos quais as nações emergentes tentam assimilar o padrão de civilização ocidental moderno; um conceito muito próximo da crítica que o grupo isebiano elabora quando aborda como imprópria a submissão da universidade brasileira em relação à posição hegemônica das universidades dos países desenvolvidos.

Mas à medida que tais sociedades caminham para um processo de emancipação econômica, política e cultural, as universidades passam a ser exigidas de uma outra maneira, assumindo o papel de agências de produção original do saber e uma das instituições-chaves da autonomização cultural das nações emergentes. Ou seja, as universidades passam a definir-se e a organizar-se, institucionalmente, segundo uma “visão multifuncional” de seus fins essenciais (FERNANDES, 1975), expressos a partir de quatro grandes missões: 1) **a missão cultural**, que consiste na transmissão e conservação do saber; 2) **a missão investigadora**, onde se situam o incremento e o progresso do saber; 3) **a missão técnico-profissional**, vinculada à formação, em número e em qualidade, do pessoal de nível superior que a sociedade necessitava; e 4) **a missão social**, que mantém a universidade a serviço da sociedade, como um dos fatores dinâmicos do estilo de vida intelectual e da evolução da cultura. (FERNANDES, 1975). A experiência pós-universitária isebiana conjuga assim a presença dessas 4 missões, mas se singulariza por uma outra - uma **missão político-ideológica** que gerou um importante legado na formação das novas gerações de intelectuais no Brasil. Dentre as principais características de tal missão destacava-se o pressuposto de que o projeto desenvolvimentista deveria se apoiar na materialidade dos recursos produtivos do país; ou seja, no ISEB o espaço e o papel da educação eram estratégicos, o objetivo era o uso das informações empíricas, envolvendo recursos energéticos, alimentícios, agrícolas, etc, em possibilidades de intervenção que consolidassem o projeto em curso; além disso, para o ISEB, o estudo, o ensino e a divulgação do projeto de desenvolvimento do país se apoiavam em princípios quantitativos que através de um grande volume de dados e informações, mapeavam o conjunto da realidade brasileira.

Assim, entendemos que a dimensão educativa presente no ISEB não investia necessariamente na construção de um pensamento crítico da realidade brasileira; as estratégias educativas se davam no âmbito de uma ampla estratégia política controladora tendo em vista a



maneira pela qual a ideologia do desenvolvimento era estudada, ensinada e fundamentalmente divulgada; nesse sentido, **o objetivo estratégico que se evidencia na missão político-ideológica era o de viabilizar a construção do consenso necessário entre as classes e grupos sociais em processo de organização e ascensão.**

Desde 1956 a ideologia do desenvolvimentismo passa a ser estrategicamente operacionalizada pelas práticas e instâncias educativas do ISEB - envolvendo o ensino propriamente dito (docência e discência) e a pesquisa. Em termos quantitativos, o conjunto desses dois tipos de atividades educativas totalizaram, num período de 5 anos (1956-1960), **um universo de 1.452 aulas, 332 seminários, 167 teses apresentadas, 95 Conferências para o Curso Regular, 52 Conferências Externas e 27 Publicações.** Mas, assumindo que a educação se constitui uma prática social e, portanto, histórica, que se manifesta de diferentes maneiras em distintos grupos sociais, é de se destacar que a experiência iseibiana se constituiu numa experiência nova e singular que deixou marcas no posterior desenvolvimento do pensamento brasileiro. A pesquisa desenvolvida evidencia que o ISEB e suas estratégias político-pedagógicas pós-universitárias inauguraram uma maneira nova de se pensar o Brasil e seu processo de modernização; ao se constituir num curso de nível pós-graduação, o ISEB inaugura ações voltadas para a formação do pesquisador, ator social que passa a desempenhar um papel diferenciado na nova configuração da sociabilidade moderna no Brasil.

Para Anísio Teixeira¹³ a escola de pós-graduação é uma grande transformação no âmbito da formação escolar moderna; segundo este autor, a escola de pós-graduação é a escola de pesquisa que irá formular o conhecimento humano para ser ensinado (TEIXEIRA, 1968) e que até então não existia no Brasil. No ISEB, a despeito dos limites epistemológicos existentes, tanto a esfera didática quanto a ênfase na pesquisa e no preparo do investigador se singularizaram, impactando novas formas de construção do conhecimento científico e marcando a formação das futuras gerações de intelectuais brasileiros.

Em se tratando dos posicionamentos epistemológicos assumidos, a despeito do discurso iseibiano objetivar uma formação centrada na passagem de uma “consciência ingênua” para uma “consciência crítica”, essa passagem não resultava numa postura intelectual de autonomia e independência. Para os isebianos, a “consciência crítica” estava definida a priori já que devia se apoiar numa ideologia que embasava um determinado modelo de desenvolvimento para o país. A consciência crítica da lógica iseibiana tinha especificidades - era uma consciência crítica limitada na medida em que emergia de grupos sociais seletos e “conduzida” pelos intelectuais “progressistas” do ISEB que “auxiliavam” a condução e a direção do caminho a ser seguido pelas massas. Os intelectuais isebianos eram, em sua maioria, intelectuais orgânicos da lógica liberal capitalista e nesse sentido defendiam um projeto político com controlada e restrita participação das massas voltado à construção do consenso tendo em vista a acumulação da riqueza e do capital.



No ISEB, a diretividade se fazia presente na sala de aula, na forte sugestão do uso das abordagens existencialistas-culturalistas e da metodologia fenomenológica, por exemplo. Ou seja, o viés ideológico se sobrepunha ao viés educativo. No termo “educação ideológica”, a construção autônoma e crítica do conhecimento está submetida a uma *determinada ideologia* – uma ideologia previamente pautada num determinado modelo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, podemos concluir que a criação do ISEB resulta da necessidade do novo Estado capitalista brasileiro em construir um projeto de desenvolvimento consensuado, a partir de uma nova forma de se pensar e estudar o Brasil e os brasileiros. Em seu livro, “A Questão da Universidade”, publicado nos anos de 1960, Álvaro Vieira Pinto sugere os princípios da construção dessa nova forma dos brasileiros se pensarem e pensarem o Brasil.

Vieira Pinto ([1964?]) denuncia a produção intelectual existente na realidade brasileira e suas práticas pedagógicas como sendo comprometidas com valores externos e portanto inadequados à nossa realidade brasileira; mas o que parece contraditório é perceber de que maneira as estratégias pedagógicas restritivas adotadas pelo ISEB poderiam efetivamente formar os “representantes dos atuais analfabetos” para que cheguem ao poder e possam instituir esse ensino que não tiveram.

À guisa de considerações parciais, o ISEB foi uma proposta fundante e inovadora ao se constituir num aparelho de construção de consenso vinculado ao Estado brasileiro; mas além de desempenhar um novo papel no conjunto dos órgãos administrativos de Estado, sua forma de atuação também foi singular, impactando e ampliando o universo de entendimento da realidade brasileira. No ISEB, para além da defesa do nacionalismo, a proposta de construção do consenso acabou pautando uma forte afirmação de nossa brasilidade. Uma brasilidade que começa a se desenvolver através da formação de pesquisadores que pensam e estudam o Brasil a partir de dados concretos e concepções desenvolvidas por olhares brasileiros. Tais características fazem do ISEB uma experiência de referência no desenvolvimento e formação das novas gerações de pesquisadores e intelectuais orgânicos que, nos anos que se seguem, irão aprofundar significativamente os sentidos dessa singular brasilidade. A pesquisa desenvolvida nos possibilita apontar que o legado isebiano no âmbito do pensamento educacional brasileiro envolve influências presentes na obra de Paulo Freire assim como indícios de significativa aproximação do ideário isebiano por parte de Anísio Teixeira e do grupo que com ele trabalhava.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A.; FLAKSMAN, D. “Verbete: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”. **Dicionário histórico-bibliográfico brasileira (1930 – 1983)**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1984.

ABREU, A. **Nacionalisme et action politique au Brésil: une étude sur l’ISEB**. Rio de Janeiro: ISEB, 1975.



BRASIL. Decreto Lei no, 41.500 de 15 de maio de 1957, que “Altera a redação do art. 10 do Decreto no. 37.608, que institui no Ministério da Educação e Cultura o ISEB”. **Lex**, 1957. p. 368.

BRASIL. Decreto Lei no. 37.608 de 14 de julho de 1955, que “Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências”. **Lex**, 1955. p. 232-233.

BRASIL. Decreto Lei no. 45,811 de 15 de abril de 1959, que “Dá nova organização do ISEB (...) dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências”. **Lex**, 1959. p. 101-102.

BUCI-GLUCKMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura nacional**. ISEB: MEC, 1959.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. **Relatório sucinto das atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960**. [1961?]. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Arquivo do Instituto Nacional do Livro.

JAGUARIBE, H. **Condições institucionais do desenvolvimento**. ISEB: MEC, 1958.

MENDONÇA, S. R. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./jul. 2014.

NEVES, L. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

PINTO, Á. V. **A questão da universidade**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária, [1964?].

TEIXEIRA, A. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n. 50, jul./set. 1968.

TOLEDO, C. N. **ISEB**: fábrica de ideologias. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997.



Notas

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora adjunta do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: teresacavalcanti@gmail.com

² Doutorado em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: lucianoximenes@yahoo.com.br

³ O referencial teórico utilizado vincula-se ao materialismo histórico de Marx com ênfase nas reflexões de Gramsci envolvendo: teoria de Estado, ampliação e papel do Estado capitalista moderno, aparelho de Estado, aparelhos de hegemonia (BUCI-GLUCKMANN, 1980; NEVES, 2005; COUTINHO, s/d)

⁴ Os anos de 1950 no Brasil se caracterizaram pela consolidação nacional do modelo de industrialização e do sistema capitalista; tal modelo econômico se apoiava no ideário “nacional-desenvolvimentista”, através do qual as práticas capitalistas passam a se legitimar.

⁵ “Relatório Sucinto das Atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960”, Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52, 30, 49). Tive acesso a esse documento a partir do trabalho de **João Alberto da Costa Pinto**, gentilmente sugerido pelo Profa. Sonia Regina Mendonça, apresentado como tese de doutorado, intitulada: “Os impasses da “intelligentsia” diante da revolução capitalista no Brasil (1930-1964): Historiografia e Política em Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré”, Niterói: UFF: julho de 2005.

⁶ O ISEB foi criado pelo DL 37.608 de 07 de outubro de 1955.

⁷ Como já foi registrado nas referências do mesmo, o “Relatório do ISEB” se encontra na Biblioteca Nacional e infelizmente não foi possível ser feita uma microfilmagem do mesmo porque a Biblioteca não tinha condições de fornecer um prazo de entrega do referido trabalho; vale assinalar, que tal situação me levou a um longo trabalho transcrição de quase todo o documento, o que justifica a ausência de algumas informações.

⁸ Sobre a crise de 1958, vale a explicação que se segue: “A polêmica levantada em torno das ideias apresentadas na obra de Jaguaribe centrava-se fundamentalmente na análise da **política do petróleo e da política de capitais estrangeiros**, em que o autor deixava clara sua posição favorável à exploração do setor petroquímico pelas empresas privadas. Por outro lado, Jaguaribe considerava vantajosa para o Brasil uma política de investimentos estrangeiros, que permitiria solucionar o problema da falta de capitais e de técnica. Entre os grupos que lhe foram contrários, essas ideias foram consideradas incompatíveis com a posição nacionalista que orientava o ISEB. (...). Assim, pelo Decreto nº 45.811 de 15 de abril de 1959, foi alterada a estrutura do ISEB, sendo extinto o conselho consultivo e passando o conselho curador a ter atribuições de caráter fiscal. Foi vedado aos membros desse conselho exercer cumulativamente a função de professor responsável pelos departamentos culturais, medida essa que atingiu Jaguaribe, professor de ciência política. Pelo mesmo decreto foi ainda criada uma congregação composta dos professores responsáveis pelos departamentos culturais, encarregada da supervisão das atividades docentes do instituto. **Foram também instituídos os serviços de estudo e pesquisas, de cursos e conferências e de publicações e divulgação.**” (ABREU, FLAKSMAN, 1984, p. 72, grifo nosso).

⁹ Segundo Florestan Fernandes, a revolução burguesa no Brasil, “[...] é um processo de constituição simultânea das estruturas sociais e políticas da dominação e do poder burguês. Nesse momento, constituem-se concomitantemente as bases materiais sobre as quais repousa o poder da burguesia, assim como as estruturas políticas – O Estado – através das quais a dominação e o poder burguês se expressarão e se exercitarão como um poder unificado, como interesses especificamente de classe [que], podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem os interesses da Nação como um todo.” (FERNANDES, 2006, p. 14).

¹⁰ Vale lembrar que nessa época a ESG – Escola Superior de Guerra agregava uma ala de militares que, a despeito de se distanciarem do ideário isebiano, dividiam com o ISEB o espaço político de uma reflexão em relação aos rumos do país.

¹¹ CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, vinculado ao INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão do MEC, dirigido na época por Anísio Teixeira.

¹² Vale registrar a criação do ITA – Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, uma instituição que não se institucionaliza como uma Universidade, sendo vinculada às forças armadas, é de 1947; e o primeiro curso de pós-graduação oficialmente registrado numa Universidade no Brasil se estabelece em 1958, na Universidade de Viçosa, Minas Gerais.



¹³ Ao longo dos anos de 1950 até 1964, Anísio Teixeira acumulou 2 cargos de destaque no MEC; foi o Diretor do INEP e Diretor da Comissão de Implementação da CAPES, onde iniciou um consistente trabalho de institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil, tendo em vista a formação dos mestres das nossas universidades.